

Governo vai propor reforma política

Presidente do PSDB critica atomização partidária do Congresso

por Eliane Cantanhêde
de Nova York

O presidente nacional do PSDB, Pimenta da Veiga, criticou ontem a "atomização partidária no Congresso Nacional", e anunciou que o futuro presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, irá encaminhar ao Parlamento, no final do primeiro semestre de 1995, um pacote de alterações na atual legislação, uma verdadeira reforma política. Na expectativa dos coordenadores políticos do governo FHC, segundo Pimenta, a aprovação deverá acontecer até outubro do mesmo ano.

Duas das alterações admitidas por Pimenta, durante o seminário BRASIL 95, patrocinado em Nova York pelo Banco do Brasil e Gazeta Mercantil, foram a implantação do voto distrital misto, que na prática já foi usado pelos eleitores no pleito deste ano, e a criação de maiores dificuldades para que os partidos tenham representação no Congresso Nacional.

As medidas anunciadas por Pimenta significam que Fernando Henrique tem interesse em ser o patrocinador da reforma política, que caminha para um consenso no Congresso. Pimenta, entretanto, fez questão de dizer, depois de seu discurso no seminário, que o futuro governo não pretende impedir a criação de novos partidos, apenas ajudar a organizar melhor a representação parlamentar desses partidos.

ver dos "O ideal, e natural, é que número de partidos com ideias no Congresso che-



Pimenta da Veiga

gue a seis ou sete, correspondendo ao número de tendências ideológicas significativas no Brasil", declarou. Explicou ainda que a redução do número de siglas representadas no Legislativo vai corresponder também à limitação do uso da televisão e do rádio pelos partidos considerados "nanicos".

Em sua palestra, Pimenta da Veiga disse que a conformação congressual do futuro governo irá atender a uma forma "universalmente aceita", que é a de maioria e de minoria. "Podem rejeitar a ideia, mas é isso que vai acontecer naturalmente, queiram ou não", previu. "O governo terá tranquilidade política para tocar seus projetos", assegurou à platéia de investidores no auditório principal do hotel Grand Hyatt. "A base de sustentação parlamentar já é sólida e forte, e estamos cuidando para que se amplie mais ainda", acrescentou com a autoridade de coordenador político da transição entre os dois governos. "O Brasil sofrerá profundas alterações", disse no discurso.

Em seguida, traçou o cronograma dessas mudanças: na primeira quinzena de fevereiro, quando se instala a nova legislatura, serão encaminhadas as reformas prioritárias – da previdência, tributária e fiscal, que deverão ser aprovadas em noventa a cem dias, conforme seus cálculos.

No final do primeiro semestre de 1995, serão encaminhadas as reformas políticas, que deverão estar votadas e em execução por volta de outubro. As outras reformas, que ele classificou como permanentes, serão feitas ao longo do governo. "Uma das prioridades do novo governo será reorganizar o Estado brasileiro", acrescentou. Explicou que isso significa, por exemplo, a oferta de maiores e melhores serviços de educação, saúde e de geração de empregos. "O Estado tem a obrigação de criar condições para que o desenvolvimento econômico venha acompanhado de desenvolvimento social", resumiu.

Uma das formas de financiamento desse processo, como destacou, será via privatizações. "Fernando Henrique fará um governo permanentemente modernizador, reformador, e vai enfrentar questões tradicionalmente consideradas tabus", advertiu. Uma dessas questões é a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A mensagem política de Pimenta, enfim, foi de otimismo. "O presidente eleito é conhecido de todos, é um homem de ideias, um político amadurecido e experiente no Congresso", elogiou. "E o País está em paz, está se reencontrando e buscando seu próprio desenvolvimento", finalizou, sob aplausos.